

MAGNÍFICA CONTRIBUIÇÃO A UMA CAUSA DE NOSSO POVO

HA tempos luta o povo brasileiro por suas forças mais representativas para manter relações com todos os países. Ao povo brasileiro interessam relações em pé de igualdade e a base de vantagens mútuas. Tal gênero de relações não as pratica no momento com todos os Estados junto aos quais mantém representantes. Tais relações, entretanto, pode mantê-las com Estados interessados em ampliar seus vínculos diplomáticos e estabelecer intercâmbio com todos os países.

AS declarações de N. A. Bulgáin de que a União Soviética está pronta a estabelecer relações diplomáticas com todos os países com os quais não as tem e, em particular, com os países da América Latina, harmonizam-se perfeitamente com os anseios firmemente expressos da maioria da nação brasileira. Reveste-se de particular significação o fato de tais declarações de N. A. Bulgáin terem sido feitas depois de sua viagem, em companhia de N. S. Kruschiov, à Índia, Birmânia e Afeganistão, países com os quais assinaram acordos mutuamente vantajosos e em pé de igualdade, com a ardente e unânime aprovação de seus povos. A viagem dos estadistas soviéticos transcende o limite dos interesses de seus respectivos países. Seus resultados dizem respeito aos interesses de progresso e bem-estar dos povos, aos interesses do fortalecimento da paz em todo o mundo.

NA atividade diplomática e na prática das relações entre os países, realizadas pela União Soviética, fica bem claro que a diferença de regimes não constitui obstáculo à manutenção e ao desenvolvimento de relações normais entre os Estados. A questão do regime é assunto interno de cada povo. E nenhum outro país como a União Soviética tem-se distinguido no respeito à soberania dos países, grandes ou pequenos, e no problema da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Nisso precisamente se funda, no que diz respeito às relações com os demais países, a brilhante tradição da política exterior leninista da União Soviética. Ao invés de perigo contra a soberania dos países, as relações com a U.R.S.S. representam uma garantia de segurança e independência para os Estados.

TOMEMOS o exemplo da história. A que se deve a existência do reino do Afeganistão, país encravado no centro da Ásia, antigo teatro das aventuras imperialistas inglesas, como país independente? Deve-se à existência de um vizinho leal como a U.R.S.S., ao fato de há muitos anos a U.R.S.S. haver reconhecido o Afeganistão como um país livre e com ele manter relações de amizade em base de igualdade e respeito recíproco. Isso, entretanto, nos 38 anos de regime socialista, não fez com que o Afeganistão deixasse de ser uma monarquia. Mas fez com que o Afeganistão se beneficiasse dessa amizade, que melhorasse o comércio exterior do Afeganistão, que durante o período da segunda guerra mundial suas mercadorias não fossem afetadas pelos preços depreciados que a Inglaterra e os Estados Unidos pagavam a seus clientes, etc. É claro, pois, que se houvesse qualquer ingerência da União Soviética na vida dos países, esta se manifestaria em primeiro lugar em relação dos países vizinhos, como o Afeganistão. Nada disso, entretanto, acontece.

O POVO brasileiro que adquire crescentemente consciência do que representa para os nossos interesses de desenvolvimento independente, de progresso, paz e bem-estar o estabelecimento de relações com a U.R.S.S., saúda calorosamente as declarações de N. A. Bulgáin, considerando-as como uma magnífica contribuição a uma luta que vem de há muito travando e que sente, a cada dia que passa, aproximar-se de um desfecho vitorioso: a luta pelas relações em pé de igualdade e baseadas nos benefícios mútuos com todos os países.

VOZ OPERÁRIA

Nº 350 ★ RIO DE JANEIRO ★ 28/1/1956

O POVO EXIGE DO NOVO GOVERNO RESPEITO AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

(Na 12ª Página)



Representado por partidos, sindicatos, associações, personalidades o povo compareceu à Cinelândia, no Rio, onde se realizou o comício de saudação ao Presidente Kubitschek, no seu regresso. E ergueu as faixas com suas reivindicações: "Anistia!" "Comércio com todos os países". "Um novo salário-mínimo!" "Legalidade para o Partido Comunista!" Os atos de selvageria da polícia não intimidaram os milhares de manifestantes.

A Posição Que Interessa ao Nosso Povo no Caso de Goa

(Na 2ª Página)

★
PREPARA-SE
A CONFERÊNCIA
PERNAMBUCANA
DE DEFESA DAS
LEIS SOCIAIS
(Página 6)
★

★
TODO O BRASIL
RECLAMA RELAÇÕES COM A U.R.S.S.
(Página 3)
PELO IMEDIATO RECONHECIMENTO
DOS SINDICATOS RURAIS
(Página 7)
★

A Posição Que Interessa Ao Nosso Povo no Caso de Goa



NEHRU, Primeiro Ministro da Índia

Demonstrações na Jordânia Contra o Pacto de Bagdá

O POVO da Jordânia continua a manifestar-se vigorosamente contra a inclusão de sua pátria no bloco agressivo que se organiza no Oriente Médio, sob a égide da Inglaterra e dos Estados Unidos, e que tem a denominação de Pacto de Bagdá. As demonstrações de massas ocorridas agora na primeira quinzena de janeiro são uma evidência de que as massas populares da Jordânia tomam em suas mãos a causa da defesa da soberania do país.

Essas manifestações ocorreram em Amman e na zona árabe de Jerusalém. Grande massa popular cercou os locais ocupados pelos serviços norte-americanos para a aplicação do ponto IV do programa de Truman, e a sociedade inglesa British Council, um banco inglês e outros edifícios. A bandeira do consulado dos E.E.U.U., em Jerusalém foi arrancada e queimada. Tropas do exército tentaram dissolver as manifestantes mas o povo resistiu bravamente, tendo se verificado numerosos choques. Visando impedir novas demonstrações, o governo implantou o toque de recolher e cercou as fronteiras do país. Ao mesmo tempo, declarou que a Jordânia não pensa aderir a nenhum pacto militar estrangeiro. Trata-se do governo recém-formado, de Samir Er-Rifal.

Os pronunciamentos das potências imperialistas, desde a formação do novo governo, evidenciam que não desistiram de continuar pressionando a Jordânia, com vistas a incluí-la no agressivo Pacto de Bagdá. Os Estados Unidos acusaram a Jordânia de não ter tomado as medidas "necessárias" para assegurar a ordem no país. A Inglaterra resolveu enviar a Chipre novos reforços militares, tendo em vista transferi-los para a Jordânia e "restabelecer a ordem no país".

As demonstrações populares ocorridas na Jordânia na primeira quinzena de janeiro não deixam, entretanto, nenhuma dúvida quanto à disposição do povo de não poupar sacrifícios na defesa da independência nacional de seu país. Essa luta do povo da Jordânia desperta a mais calorosa simpatia de parte dos outros povos árabes, em cujos países se verificam novas demonstrações de solidariedade à Jordânia.

NÃO NOS DEIXAREMOS COMPROMETER COM A CRIMINOSA INTERVENÇÃO IMPERIALISTA NA ÁSIA — CONDENÁVEIS DECLARAÇÕES FEITAS EM LISBOA

ATE' agora, muita gente ainda não se deu conta de que o mundo de hoje é bem diverso do de antes da guerra. Ai está, por exemplo, a teimosia interessada com que, em detrimento do país, mantêm-nos afastados do convívio diplomático e comercial com os países do socialismo, imitando, século e meio depois, a política portuguesa em relação à França revolucionário-burguesa. E não apenas isso. De uns tempos para cá o Itamarati e adjacências transformaram-se em instrumentos internacionais da defesa do colonialismo mais retrógrado e escravizador. Diante de problemas tão cristalinos como o da Guiana inglesa ou de Porto Rico, os governantes brasileiros têm, por atos ou palavras, servido os interesses dos imperialistas, buscando desencorajar as lutas de cunho nacional que ali se travam. Entretanto, o assunto em que mais perigosa se apresenta essa subordinação de nosso país a forças que lhe são estranhas e adversas é em relação ao problema de Goa e outros estabelecimentos oriundos do antigo domínio português na Índia, e encravados nesse país.

Declaração censurável

FOI, portanto, um mau passo a declaração do sr. Juscelino Kubitschek, que aproveitou sua estada em Lisboa para afirmar-se solidário com o salazarismo e com sua política na Índia. Era vez do sr. Café Filho alardear um pretense apoio de nosso povo, aos restos de uma dominação sanguinolenta, secularmente combatida pelos indianos e, hoje, historicamente condenada. E' censurável, nesse sentido, a declaração do sr. Kubitschek em Lisboa.

Que é, em resumo, a questão de Goa, Diu e Damão? Decorre de que Portugal insiste em manter, como colônias suas, territórios indianos, enquanto a população de tais enclaves reclama sua reincorporação à mãe-pátria. Ao povo de Goa, Diu e Damão, e não a ninguém mais, cabe dispor de seu próprio destino devendo-lhe para isso ser assegurada plena liberdade de manifestação. Sabe, porém, o salazarismo que a liberdade de expressão goense levaria irremediavelmente à perda desse território pelo colonialismo lusitano. Portanto, oprime Goa, para lá despacha tropas sobre tropas, fecha o caminho a qualquer negociação pacífica, promove a ruptura de relações com a Índia, acelera o saque das riquezas, postas nas mãos de uma camarilha exploradora que nada tem de comum com o

povo de Portugal e que divide o saque com os trustes norte-americanos. Internacionalmente, procura Salazar três apoios: o dos Estados Unidos, que dirigem a política exterior portuguesa por meio do Tratado do Atlântico; o do Brasil, ao qual se ligou por um tratado de consulta que, de fato, nos prende aos designs americano-portugueses; o do Paquistão, elemento do bloco militar imperialista, filiado aos Pactos de Bagdá e à SEATO reconhecidamente hostil à Índia, da qual cobiça a província de Cachemira.

Falsas alegações do salazarismo

O REACIONARISMO português procura explorar, em seu proveito, os tradicionais laços de amizade que ligam os povos de Portugal e do Brasil. Mas essa amizade nada tem de comum com o colonialismo, até porque este não é exercido pelo povo lusitano mas por uma minoria ínfima que o explora duramente, na própria casa. Os tradicionais laços entre Portugal e Brasil remontam a um passado longínquo e são diariamente vivificados pela presença, em nosso país, de milhares de imigrantes portugueses que fogem precisamente da miséria que o salazarismo e sua política desencadeiam sobre a infeliz república peninsular.

Argumenta-se que Goa é uma província portuguesa, e não simples colônia. O nome que se dá às relações coloniais, pouco importa. Também o Brasil era intitulado «reino», fora mesmo sede da monarquia lusitana e, nem por isso, deixava de ser, efetivamente colônia, até 1822.

Proclama-se que a presença portuguesa na Índia data de mais de quatro séculos e meio. Ora, também no Brasil ela datava de 322 anos. A extensão da opressão no tempo é um argumento a favor da libertação e não da manutenção do colonialismo.

Diz-se que em Goa se fala o português. Também tal alegado não colhe, pois os Estados não se baseiam na unidade linguística. Há na Índia diversas línguas em uso e o português seria mais uma. Todos sabem que na Espanha, vizinha de Portugal, há várias línguas (castelhano, basco, galego) e, mesmo nesse último país, o mirandês é, realmente, uma língua.

Onde, pois, foram os que procuram ligar o Brasil ao desengonçado carro do colonialismo buscar argumentos senão nas fontes norte-americanas e salazaristas, interessadas únicas na continuação do domínio português em

Goa, que é hoje poderosa base militar lanque?

Pelo tratado firmado com Portugal no tempo do governo de 24 de agosto procura-se comprometer nossa pátria na intervenção imperialista na Ásia, subordinando-a portanto aos interesses norte-americanos e fazendo o jogo de Salazar que busca fugir à impopularidade provocando uma onda de falso patriotismo, enquanto massacra operários, estompa camponeses e liquidou inteiramente as liberdades públicas.

A atitude do governo do Brasil tem sido de completa hostilidade à Índia, o que já provocou protestos desse país. Ainda recentemente, ao pleitear a criação de uma repartição em Bombaim alegava o Itamarati em defesa da medida não os interesses nacionais, mas os de Portugal, como se para defender o salazarismo fôsse criada nossa diplomacia.

A posição que nos interessa

Queremos viver em paz e amizade com todos os países, neles incluídos Portugal e Índia, independentemente de seus regimes políticos. E isso, como é claro, é o contrário da parcialidade lamentavelmente engessada em Lisboa pelo sr. Kubitschek. Goa em mãos de Portugal é um foco de guerra na Ásia e no mundo, uma ponta de lança contra a União Indiana, reconhecidamente pacífica. Podemos inclusive ter uma atuação positiva em relação ao problema goense, agindo no sentido de permitir a livre expressão do povo desse território e não fazendo o jogo de guerra do imperialismo americano, com o Itamarati funcionando como caixa de som do Departamento de Estado.

Ninguém conseguirá abalar a amizade entre os povos do Brasil e de Portugal. Mas aos que insistem em confundir-la com a defesa do colonialismo português não iria mal recordar um pouco da própria história de nosso país, sobretudo o 7 de setembro e o 7 de abril.

REFORÇA-SE A AMIZADE ENTRE A BIRMANIA, CHINA E A URSS



A COMUNIDADE de interesses para o desenvolvimento independente faz com que se estreitem consideravelmente as relações entre os Estados asiáticos. U Nu (na foto), primeiro-ministro da Birmânia, antigo lutador pela emancipação de sua Pátria, recebeu em Rangun a visita de Tchu En Lai, presidente do Conselho da China Popular.

EM princípios de fevereiro, encontrar-se-ão, em território birmanês, o primeiro ministro da China, Tchu En-lai e o primeiro ministro da União Birmanesa, U Nu. Reforça-se, assim, cada vez mais, a amizade entre a Birmânia e os países do campo socialista. E isso é natural.

Livrando-se do domínio estrangeiro, a Birmânia, tal como a Índia, procura abrir o caminho para seu reforço econômico e a liquidação da pesada herança colonial britânica. Tudo isso se choca com a encarniçada oposição dos imperialistas, que, inclusive, continuam dominando importantes ramos da economia, como o petróleo, e sabotando o desenvolvimento de sua exploração a tal ponto que, de exportador desse produto, o país se converteu em comprador. O mesmo ocorre em relação à indústria

mineira, também ainda controlada pelos ingleses. As companhias britânicas boicotam o arroz birmanês e a Grã-Bretanha extorquiu do governo de Rangun mais de 7 milhões de libras, a título de indenização.

Entretanto, o sacudir o jugo do colonialismo significou, para a Birmânia, a possibilidade de grande progresso. A agricultura ampliou sua área de cultivo, superando, em alguns ramos, a produção de antes da guerra. Graças ao monopólio estatal exercido sobre a exploração florestal, a nacionalização da indústria açucareira e à estatização dos meios de transporte, todos esses setores progrediram com vigor.

O colonialismo relegara o povo birmanês, de civilização milenar, à incultura e ao obscurantismo. Em 1945-46 só

havia no país 75 escolas médias de tipo superior, 50 escolas médias e 1.417 escolas primárias. Em março de 1955, já funcionavam 220 escolas médias de tipo superior, 405 escolas médias e 8.951 escolas primárias.

Contrariamente aos Estados Unidos e Grã-Bretanha, os países do campo da paz prestam à União Birmanesa ajuda desinteressada. A U.R.S.S. reconheceu prontamente a independência birmanesa e lhe deu todo o apoio internacional para livrar-se de bandos do Kuomintang que haviam invadido seu território. Mais tarde, quando devido ao boicote inglês e à interferência americana a produção de arroz encontrou dificuldades de escoamento, a União Soviética, a China e outros países do campo socialista compraram mais da terça parte dos exco-

centes de exportação birmanesa, aliviando a situação do mercado e lhe permitindo manter níveis convenientes de preço.

Últimamente novos fatos têm reafirmado a posição de amizade da Birmânia, com a U.R.S.S., a China e demais Estados pacíficos. Basta recordar o apoio da Birmânia à Conferência de Bandoeng, sua adesão aos cinco princípios primeiramente proclamados da declaração sino-indiana, sua posição favorável à China quanto aos direitos deste país na ONU e sobre Formosa, e as declarações conjuntas soviético-birmanesas, por motivo da viagem de U Nu a Moscou, e de Bulgânin e Kruschiov a Rangun.

A 1ª de julho do ano passado, a U.R.S.S. e a Birmânia

firmaram um tratado comercial, mutuamente vantajoso, decidindo posteriormente a primeira conceder ajuda técnica para o programa birmanês de fomento agrícola, irrigação e obras industriais, além de presentear o país amigo com um instituto tecnológico completo.

Acostumados a medir as relações internacionais por seus próprios padrões, os imperialistas americanos e ingleses procuraram apresentar a aproximação birmano-soviética em termos de concorrência sino-soviética. Entretanto, como o mentiroso da história são logo apanhados. E se a visita de Bulgânin e Kruschiov a Rangun de lhes dor de cabeça, a de Tchu En-lai não lhes servirá certamente de mezinha.

Todo o Brasil Reclama Relações Com a URSS

Mobilizar as Massas em Torno da Plataforma de 4 Pontos

As declarações do sr. Juscelino Kubitschek em Roma sobre problemas da política externa do Brasil, pela importância de que se revestem, merecem atenção especial das forças interessadas no desenvolvimento democrático de nosso país.

Disse com razão o sr. Kubitschek que «a guerra não resolveria um só dos problemas mundiais do dia de hoje e que ao Brasil interessam relações pacíficas com todos os países, quaisquer que sejam as suas concepções políticas e ideológicas». Tais declarações feitas no estrangeiro, reforçaram o presidente eleito ao chegar ao Recife, declarando: «interessa-nos, sobretudo, assegurar a liberdade de comércio com todo o mundo, independente dos regimes políticos dominantes nos diferentes países».

As forças democráticas e populares têm a sua plataforma de 4 pontos, em torno da qual se processa a luta pela democratização progressiva do país. Esta plataforma inclui entre os seus pontos, de forma mais genérica, essa sentida reivindicação nacional que é a liberdade de comércio com todos os países, à qual se refere particularmente em suas declarações o sr. Juscelino. Qual a posição dos comunistas em face de tal problema? Qual a posição dos comunistas em face de questões como estas?

A posição dos comunistas é a de tudo fazer para dar o máximo apoio de massas a tal reivindicação, a fim de torná-la vitoriosa. A posição dos comunistas é a de mobilizar as massas em torno das reivindicações mais essenciais de nosso povo, que são as contidas na Plataforma de 4 pontos, a de unir as massas em torno dessa Plataforma, ou mesmo de partes ou parte dela, a fim de exigir a sua execução pelo novo governo. Na sua ação diária, os comunistas, ao lutar pelos pontos programáticos da Plataforma, devem dar-lhes o caráter mais prático possível apresentando ao povo o caminho concreto por que deve ser obtida a reivindicação. Isto quer dizer que os pontos da Plataforma devem ser concretizados. E como? da seguinte maneira: ao reivindicar a anistia, ligá-la ao projeto que se encontra na Câmara e ao arquivamento do processo contra Prestes e outros dirigentes das lutas democráticas. E assim por diante.

Ao atuarmos com essa posição patriótica, fica claro que não o fazemos em apoio do governo. Atuamos numa posição independente, influndo sobre o governo, por meio das manifestações do povo, fonte de que emana o poder organizado à base do sufrágio popular, a fim de que o governo tenha o caráter que o povo exige. Tal posição é uma posição clara que emana dos objetivos patrióticos das forças populares vitoriosas. E como tal é que deve ser compreendida.

Se atentarmos na situação atual de nosso país e do mundo, veremos que existem todas as condições para a vitória. Isto é, para a execução da plataforma de 4 pontos, apresentada por Prestes. E isto só de uma coisa depende: da luta e da unidade das massas, à cuja frente marcham os comunistas.

HÁ 148 ANOS ERAM ABERTOS OS PORTOS DO BRASIL AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

UM fato histórico de real importância para a nossa vida de povo ocorreu na data de hoje, há 148 anos. Por ato do Regente de Portugal, que se transferira para o Brasil em virtude da invasão napoleônica, eram abertos os portos do Brasil ao comércio internacional. Isto quer dizer que a partir de 23 de janeiro de 1808 cessava o monopólio de comércio português, e o Brasil, ainda uma colônia, passava a poder comerciar com todos os países.

Esse ato de caráter progressista no desenvolvimento econômico do Brasil, assinado pelo Regente de Portugal quando ainda se encontrava na Bahia, foi inspirado por um político e economista brasileiro, João da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu. Tendo assimilado as idéias da economia política clássica, através do estudo dos tratadistas ingleses, Silva Lisboa fez-se, numa fase de sua atividade, um defensor das idéias da burguesia, que era então uma classe progressista. Influiu, por isso, junto à monarquia feudal portuguesa no sen-

tido de adotar medidas que interessavam ao progresso do Brasil.

Hoje, passados cerca de 150 anos da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, como reconheceu em declaração à imprensa o sr. Juscelino Kubitschek, presidente eleito da República, encontra-nos em situação idêntica à dos tempos coloniais, tendo uma só corrente de comércio, voltada para os Estados Unidos. Temos, entretanto, agora, em virtude de um movimento unânime da opinião pública nacional, sensivelmente reforçado pelas oportunas declarações de N. A. Bulgânin, Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., uma oportunidade única para a reabertura dos portos do Brasil ao comércio com todos os países. Para isto basta que o poder público atenda às exigências de todo o povo, tomando a iniciativa para o restabelecimento de relações com todos os países e à frente destes, a União Soviética. Segundo preceitua a Constituição da República é este um ato da alçada exclusiva do Presidente da República.

LOGRARAM EXTRAORDINÁRIA REPERCUSSÃO AS DECLARAÇÕES DE N. A. BULGÂNIN, PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA U. R. S. S., SOBRE AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A ENTREVISTA de N. A. Bulgânin, Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., sobre as relações com os países da América Latina obteve extraordinária repercussão em nosso país e fora dele.

As declarações do eminente homem de Estado, feitas logo após seu regresso da viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão, cujos resultados benéficos são visíveis para a causa da paz e para o desenvolvimento independente daqueles países, revelaram-se de importância ainda maior porquanto foram feitas num momento em que se opera uma mudança de governo no Brasil. Sobre as declarações de N. A. Bulgânin têm se pronunciado personalidades de todos os setores sociais. Resta, agora, que o novo governo, atendendo aos anseios do povo, tome as medidas necessárias para o estabelecimento de relações entre nossa Pátria e a União Soviética.

Fala o sr. Juscelino Kubitschek

AINDA na capital italiana, o Presidente eleito teve oportunidade de falar à imprensa a propósito da entrevista do Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S. Reportando-se a anteriores declarações suas, disse o sr. Kubitschek: — Sômente desejamos a paz e relações pacíficas com todas as nações, quaisquer que sejam as suas concepções políticas e ideológicas.

Impressões do sr. Flores da Cunha

O GENERAL Flores da Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, declarou sobre o mesmo assunto: — Sei que o problema do reatamento das relações comerciais do Brasil com a União Soviética e demais países com os quais não mantemos intercâmbio, vem sendo devidamente encaminhado e em breve estará solucionado. Disse adiante o sr. Flores da Cunha: — Acredito que promovido o reatamento das relações comerciais, iremos, mais adiante, como decorrência natural do afrouxamento dos atritos internacionais, ao restabelecimento de relações diplomáticas. De minha parte entendo que nossas relações com a U.R.S.S., como com qualquer outro país, devem ser amplas tanto no campo econômico, como na esfera cultural e diplomática.

Outras personalidades favoráveis

O SR. Rui Gomes de Almeida, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, reiterou opinião antes manifestada: — O reatamento de relações é medida sugerida há muito pelo comércio. Há um ano enviamos um ofício ao Itamarati em que solicitamos uma definição clara em torno da questão. Outras personalidades de destaque também se pronunciaram pelo estabelecimento de relações entre a U.R.S.S. e o nosso país. Entre estas figuram o sr. José Maria Whitaker, banqueiro e ex-ministro da Fazenda, Paschoal Ranieri Mazzili, membro da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, Clóvis Sales Santos, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e João de Pietro, presidente da Associação Comercial de São Paulo.

O líder do PSP na Câmara

O DEPUTADO Arnaldo Cerdeira, líder do Partido Social Progressista na Câmara dos Deputados, disse à imprensa: — Acho que devemos manter intercâmbio normal com todos os povos, sobretudo no setor comercial. O Brasil só terá a ganhar com a ampliação do seu mercado exterior. Podemos muito bem vender à U.R.S.S. café, cacau, óleos, por exemplo, e dela importar máquinas para a lavoura e equipamento industrial. Conservando nossos mercados tradicionais — prosseguimos — devemos conquistar novos, como é o caso das nações com as quais, no momento, não temos nenhuma forma de contato, a não ser através de intermediários, com prejuízo para a nossa economia.

A opinião do sr. Iris Meinberg

— CONSIDERO uma necessidade o restabelecimento de relações com a União Soviética e todos os países socialistas. O mundo é pequeno demais para que excluamos de nossas transações qualquer mercado, sobretudo um grande mercado como é a U.R.S.S. — disse o sr. Iris Meinberg, deputado por São Paulo e presidente da Confederação Rural Brasileira. Declarações semelhantes, encarecendo a necessidade de reatamento entre o Brasil e a União Soviética, são feitas por personalidades representativas em todo o Brasil. A causa do reatamento de relações adquire assim novo impulso em seguida à entrevista de N. A. Bulgânin sobre as relações da U.R.S.S. com os países da América Latina. Urge que atendendo aos reclamos unânimes do país, o novo governo dê os passos necessários nesse sentido.

A FALTA DE LIBERDADE SÓ BENEFICIA OS INIMIGOS DA CONSTITUIÇÃO

CONGRATULAN-DO-SE com este jornal, pela publicação (edição nº 345) do editorial sob o título: «Ao povo o que interessa são as liberdades democráticas», a Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, seção de São Paulo, em carta à nossa Redação, alinha uma série de fatos que constituem violações às liberdades constitucionais, ocorridos em São Paulo.

REFERINDO-SE às atuais restrições às liberdades, contra cuja prorrogação manifestou-se a ABDDH em telegrama ao presidente da República, diz a carta: «os fatos estão provando que tais restrições vêm sendo utilizadas contra as organizações democráticas e não contra os inimigos do regime democrático».

CITA a carta numerosos fatos que o comprovam, como a proibição do baile programada pela entidade para 3 de dezembro passado, o impedimento arbitrário de manifestações populares, etc. A esses fatos podem-se acrescentar outros, como as

arbitrariedades contra o Sindicato dos Marceneiros do Ceará, a proibição de assembleias sindicais em Sergipe e outros Estados, as violências que se estão praticando contra numerosos cidadãos em Porto Alegre e, particularmente, em Pernambuco.

A CARTA da ABDDH conclui com estas palavras: «a verdade é que, sem liberdade, sômente tiram proveito os mesmos e declarados inimigos da democracia e da Constituição».

DUAS NOVAS SEÇÕES DA VOZ OPERÁRIA

ESTE jornal publicará a partir do próximo número duas novas seções: uma intitulada «A Propriedade na U.R.S.S.» e outra «20 fatos históricos na vida do proletariado».

Ambas as seções têm um elevado alcance ideológico. A primeira, destina-se a informar sobre as formas de propriedade existentes no País do Socialismo, na atual fase de transição para o comunismo; e a segunda, destina-se a divulgar, em síntese, a história dos congressos do Partido de Lênin e Stálin, desde 1898 até os nossos dias.

Como as seções em apreço são fruto de sugestões dos leitores a nós feitas, queremos, com esta nota, transmitir a nosso público a auspiciosa notícia da sua próxima publicação.

FATOS da SEMANA

INTERESSANTE, sobretudo, assegurar a liberdade de comércio com todo o mundo, independentemente dos regimes políticos dominantes nos diversos países. Tal declaração foi feita pelo sr. Juscelino Kubitschek à imprensa do Recife, na sua passagem pela capital pernambucana, de volta da Europa. Saudou o presidente eleito, em sua passagem pelo Recife, o prefeito Felópidas Silveira.

FORAM proclamados (dia 24) e diplomados (dia 27) pelo Tribunal Superior Eleitoral o presidente e vice-presidente eleitos da República, sr. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

PELOS deputados Chagas Freitas e Neiva Moreira foi apresentado, à Câmara Federal, projeto dispondo sobre o reajustamento do salário-mínimo e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Apresentaram a película ao público o diretor Nelson Pereira dos Santos, as atrizes Ana Beatriz e Glaucete Rocha e atores participantes do filme, que compareceram a dois dos cinemas lançadores, sendo calorosamente aplaudidos pelos espectadores que lotavam as salas.

APESAR dos esforços de amigos, parentes e advogados nenhuma notícia se conseguiu obter do funcionário da «Imprensa Popular», Ozéas Ferreira, que se acredita tenha sido sequestrado pela polícia, há mais de uma semana.

FOI organizada, no Rio, a Comissão Nacional de Apoio à Conferência Mundial das Mulheres Trabalhadoras. Vem-se ampliando cada vez mais o movimento de apoio à Conferência, da qual participarão as mulheres trabalhadoras brasileiras, com entusiasmo.

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712. Tel. 42-7344

PAZ, LIBERDADE e BEM-ESTAR EXIGE o POVO

- 1 — Luta pelas liberdades democráticas e sindicais, em defesa da Constituição, contra qualquer golpe de Estado reacionário, pela suspensão do estado de sítio, pela abolição de tôdas as discriminações políticas e ideológicas, o que significa legalidade para o Partido Comunista, anistia para os condenados e processados por motivos políticos, revogação das leis de segurança e de imprensa.
- 2 — Luta pela paz, por uma política de defesa da soberania nacional e de entendimentos e relações pacíficas com todos os povos.
- 3 — Luta intransigente em defesa do petróleo e demais riquezas nacionais, contra a pilhagem dos monopólios norte-americanos e em defesa da indústria nacional.
- 4 — Luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares contra a carestia da vida, pelo aumento dos salários dos operários, pela elevação dos vencimentos do funcionalismo, pelas reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

DO NOVO GOVÊRNO!

Nosso povo vive numa situação de miséria crescente. A renda nacional per capita, no Brasil (dados da Fundação Getúlio Vargas) era em 1953 de Cr\$ 6.033,00 por ano — sendo que, em regiões do Norte e Nordeste, não alcançava Cr\$ 2.000,00. Se se converter em dólares a renda média mensal de um trabalhador brasileiro da indústria, ela equivale à renda média diária de um operário têxtil norte-americano. O consumo diário de calorias, por habitante, no Brasil (dados da F.A.O.) é 4,5 abaixo da média indispensável à sobrevivência normal do homem, e isso significa que a miséria vai aniquilando fisicamente milhões de brasileiros. Uma quarta parte de nossa população vive descalça, nossa produção de calçados mal atinge 20 milhões de pares anuais. Somos o sexto produtor de algodão do mundo, mas somos o trigésimo consumidor (4 quilos anuais per capita), abaixo de países tão atrasados como a Malásia. Nosso povo habita em horríveis casas, destituídas dos mínimos requisitos de higiene e conforto. Segundo estatísticas oficiais, 40% das habitações urbanas, no país, são mocambos ou barracos. A assistência médica e hospitalar não atinge a esmagadora maioria da população. Para quase 60 milhões de habitantes temos, no país (dados do IBGE), apenas 5.708 estabelecimentos hospitalares (incluindo os particulares) e 187.713 leitos. Mais de 60% de nossa população são analfabetos. Temos, no país, apenas 69.051 escolas primárias (incluindo particulares). Em 1955 foram matriculados nessas escolas 4.545.630 alunos, quando ultrapassa de 15 milhões o número de crianças (de 5 a 14 anos) em idade escolar. Esses números indicam alguns aspectos das terríveis dificuldades, da imensa miséria que se abate sobre o povo brasileiro. Nosso povo exige que o novo governo tome medidas concretas no sentido de enfrentar a solução desses problemas, de melhorar seu padrão de vida. Isso significa levar à prática as medidas apontadas na plataforma de 4 pontos — bandeira de luta e de unidade do povo brasileiro.

Milhões de brasileiros reclamam uma saída para a atual situação de miséria e sofrimento em que se encontram. Isso significa que é necessário mudar de política, realizar uma política voltada para os interesses fundamentais das massas populares, visando enfrentar e solucionar seus grandes problemas.



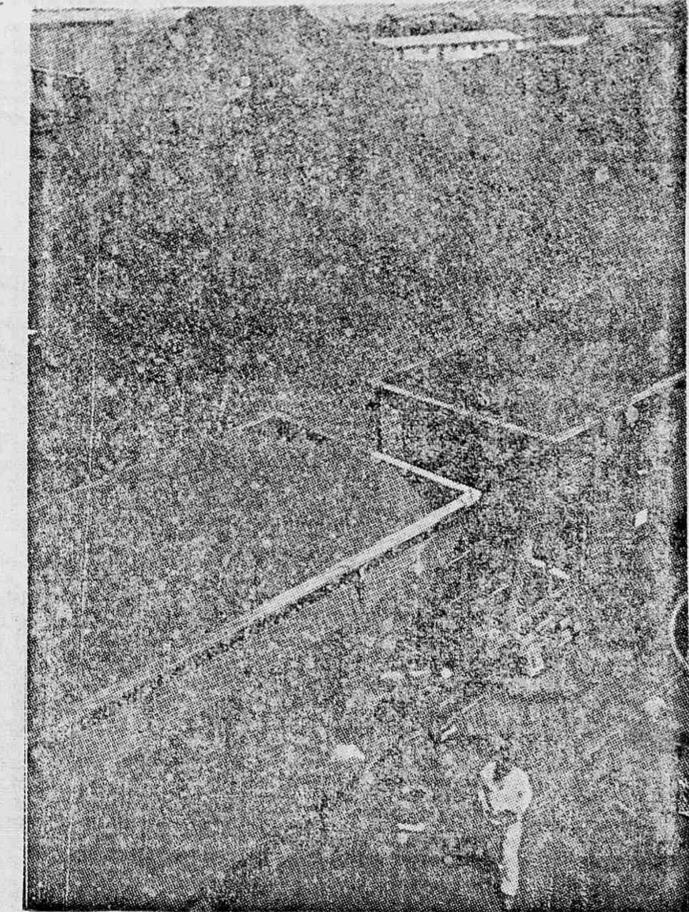
Relações pacíficas com todos os países são uma condição da maioria esmagadora da nação e uma medida de salvação da economia nacional ameaçada de uma debacle. O café, sobre o qual responde 70% de nossa renda pública, encontra-se a braços com preços baixos e com mercados retraídos. O cacau encontra-se na mesma situação — o preço da arroba caiu de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 250,00 e ameaça continuar caindo. O algodão está ameaçado pelo "dumping" americano sem precedentes; há onze milhões de fardos nos Estados Unidos para serem derramados no mercado mundial a preços via. Nossa balança comercial que, em 1954, apresentou um déficit superior a 12 bilhões de cruzeiros, é cada vez mais deficitária, o que estranhou nossa economia. Já não podemos continuar sob os tentáculos do monopólio inaque do nosso comércio exterior. A entrevista do marechal N. A. Bulganin, presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., revelando a disposição soviética de conciliar a América Latina, vem ao encontro das aspirações da maioria esmagadora do povo brasileiro.

PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO!

As massas populares estão passando fome. E' cada vez maior o desnível entre os preços dos gêneros e artigos de primeira necessidade e os salários. Enquanto os salários aumentaram em apenas 20% a elevação dos preços, no mesmo período, correspondendo, no país, a 67%. Na Capital da República, no período desde a decretação do salário-mínimo (1º de maio de 1954 — 1º de janeiro de 1956) o custo da vida elevou-se, segundo cálculos baseados nas estatísticas oficiais, em 45%, reduzindo praticamente à metade o poder aquisitivo do salário. Para comprar a mesma quantidade de gêneros alimentícios o operário é obrigado a trabalhar um número cada vez maior de horas. Em 1º de junho de 1954 o preço de um quilo de carne correspondia a 2 horas e 36 minutos de trabalho, o de um quilo de feijão preto a 36 minutos de trabalho. Hoje os preços desses gêneros correspondem respectivamente a 4 horas e meia e a 2 horas e meia de trabalho.

Um dos pontos da plataforma de unidade, apresentada por Prestes, é a luta contra a carestia, por melhorias para as massas, pelo bem-estar do povo. Isso significa medidas para a luta contra a carestia e a elevação dos salários e vencimentos, a revisão do salário-mínimo, a defesa das reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais. Será a ação das massas, na luta pela conquista dessas reivindicações, que poderá levar o governo a tomar as medidas concretas capazes de fazê-las vitoriosas, arrancando, assim, nosso povo da situação de terrível fome e miséria em que se encontra.

O povo brasileiro intensificará ainda mais suas lutas contra a carestia, pelo congelamento dos preços, por medidas concretas capazes de deter a elevação e a asfixiante do custo de vida. Nosso povo já aprendeu, na prática, que somente a ação organizada das massas é capaz de alcançar a vitória das reivindicações populares. Só a ação de massas deturá a carestia.



DEFESA DAS LIBERDADES E CONVIVÊNCIA PACIFICA COM TODOS OS POVOS DO MUNDO

Os trabalhadores brasileiros exigem plena liberdade de ação sindical, indispensável a que os sindicatos cumpram seu verdadeiro papel de órgão de luta e de defesa dos direitos da classe operária. A luta pela liberdade sindical que, nos últimos tempos, inscreveu belas páginas no movimento operário brasileiro, como a batalha dos operários de Volta Redonda em defesa do seu sindicato (foto à direita) é parte inseparável da luta pelas liberdades.



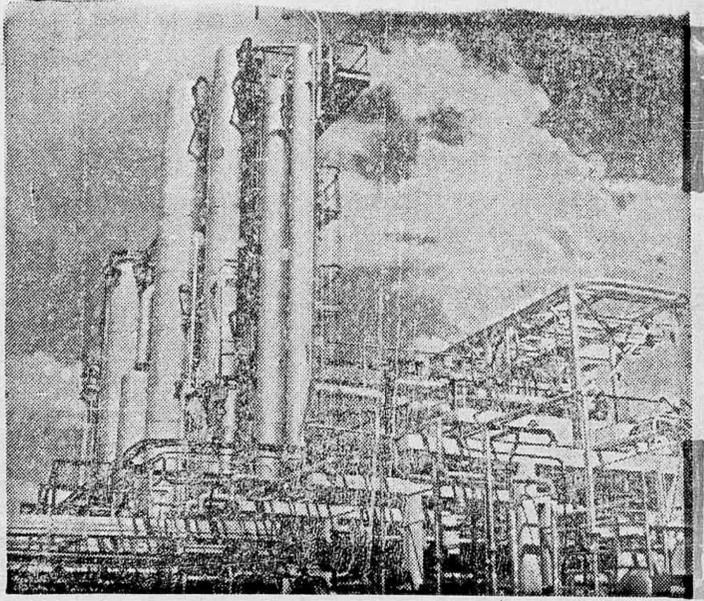
A DEFESA das liberdades é o primeiro ponto da plataforma democrática, de unidade e de luta do povo brasileiro. É a primeira reivindicação colocada pelas massas ante o governo que se instala no dia 31. E defesa das liberdades significa a plena vigência da Constituição, com a anistia aos presos e condenados por motivos políticos, a revogação das leis de exceção, a legalidade para o Partido Comunista do Brasil. Significa a luta contra qualquer solução "extralegal", a garantia do livre exercício dos direitos sindicais dos trabalhadores, a abolição de tôdas as discriminações de caráter ideológico. Defesa das liberdades significa a suspensão imediata das restrições atualmente vigentes às franquias constitucionais. O povo brasileiro reclama do novo governo a suspensão do sítio, a remoção desse entrave ao desenvolvimento do processo democrático em nosso país.

Sómente com a plena vigência das liberdades constitucionais o povo brasileiro poderá dar passos mais audazes na defesa do patrimônio e da soberania nacionais, defender suas reivindicações, lutar por melhorias e bem-estar, garantir o avanço da democracia.

Por uma política de relações pacíficas

OUTRO ponto da plataforma de unidade é a defesa da paz, a realização de uma política de relações pacíficas com todos os países. Uma política de paz permitirá desafogar o povo do peso das despesas militares, e possibilitará ao nosso país beneficiar-se do intercâmbio produtivo, em todos os terrenos — econômico, cultural, etc. — com os demais povos do mundo. A realização de uma política de paz afastará do Brasil o peso da "guerra fria", que é fonte de reação e discriminação. O povo brasileiro anseia por colocar nosso país no lugar que lhe cabe, ao lado das grandes nações. Para isso, o primeiro passo é romper com qualquer política caudatária da política norte-americana tendente à preparação da guerra mundial e à formação de blocos agressivos contra os povos pacíficos, política que sobrecarrega a nação com pesadíssima carga, e desvia imensos recursos que podem e devem ser empregados em favor da elevação do nível de vida das massas populares. A defesa da paz, a convivência pacífica com todos os países, independentemente de seus sistemas sociais, é um anseio que une a todo o povo brasileiro.

Defesa da Soberania e Estímulo Ao Progresso Nacional



MILHÕES de brasileiros foram às urnas em outubro e se empenharam nas jornadas democráticas seguintes ao pleito, embandeirando as bandeiras da liberdade, da independência e do progresso do Brasil. Milhões de brasileiros reclamam, hoje, do novo governo, medidas concretas na defesa do patrimônio e da soberania nacionais contra a voracidade dos trusts estrangeiros, medidas capazes de romper com o atraso em que se encontra nosso país.

ESSAS medidas incluem na plataforma de 4 pontos, apresentada por Prestes. Elas significam manter e desenvolver a Petrobrás, impedir o saque dos minérios atômicos e das demais riquezas do subsolo nacional. Elas significam proteção e estímulo à indústria nacional. A Petrobrás, apesar da pressão da Standard Oil, vai marchando para a frente. Em 1955 a produção de petróleo atingiu, no país, 6.500 barris diários, sendo de 15.000 a média prevista para o corrente ano. Torna-se necessário impedir a ação dos trusts contra a empresa nacional e impulsionar suas atividades em bases firmes, tal como é previsto no Plano de Cinco Anos, aprovado no Congresso Nacional em Defesa do Petróleo. É necessário impedir o saque de nossos minérios, que são exportados a preços vis, contraindo com menos de 2% no total de divisas. Em 1955 o Vale do Rio Doce exportou 2.262.308 toneladas de minério de ferro, 44,8% mais que em 1954 — imensa riqueza subtraída ao nosso país em benefício dos ianques. Isso não pode continuar. É necessário impedir a evasão criminosa de nossos minérios atômicos — imensa fonte de riqueza, atualmente desviada, com graves prejuízos para a economia e a própria segurança nacional, para a indústria bélica americana dos Estados Unidos. Nosso povo exige que lhe sejam assegurados a posse e os benefícios das imensas riquezas do subsolo da pátria.

A MELHORIA do nível de vida das massas e o estímulo ao progresso exigem medidas concretas visando o desenvolvimento dos transportes. País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nossa rede ferroviária é de apenas 37.200 quilômetros (somente 2.156 eletrificados) e nossa rede rodoviária de apenas 362.323 quilômetros, incluindo as estradas carroçáveis. O resultado disso é que nossa escassa produção fica praticamente perdida no interior do país. O aumento da carência de gêneros e seus elevados preços impedem a população das centrais urbanas de adquirir os alimentos indispensáveis. O progresso do país exige medidas concretas para aumentar a produção de energia elétrica, a energia produzida a serviço do povo e da indústria, impedindo que ela continue monopolizada pelos trusts ianques (donos de 90% da energia produzida no país) e tendo como principal objetivo fornecer lucros fabulosos à Light e à Bond and Share. O povo reclama do novo governo uma política voltada para os legítimos interesses nacionais.

A UNIDADE GARANTIU A VITÓRIA AO MOVIMENTO GREVISTA

Os operários da Fábrica de Tecidos São Braz, nos subúrbios da capital baiana, acabam de realizar um movimento grevista, que terminou com a vitória, pelo pagamento do salário-mínimo, que não tinham alcançado na base do trabalho por produção. O estopim da greve foi a suspensão injusta de três operários.

Cerca de 400 tecelões desencadearam o movimento por que, em consequência da falta de matéria-prima, (tramas) só conseguiram ganhar, por produção, pouco mais de cem cruzeiros na semana. Os patrões, quando isso ocorre, têm obrigação de completar o salário-mínimo o que, no entanto, não vinha fazendo.

A falta de matéria-prima resulta do fato de que a secção que prepara as tramas encontra-se em férias coletivas. As operárias desta secção foram substituídas por menores, de 14 a 17 anos, que são brutalmente explorados, mas não podem produzir como adultos, levando a que sua produção não seja bastante para abastecer a tecelagem.

O movimento grevista vitorioso dos tecelões da Fábrica São Braz demonstrou que os trabalhadores sempre vencem a intransigência patronal quando estão unidos e organizados. A unidade dos operários da fábrica, em torno à Comissão de empresa, foi o fator decisivo de sua vitória. E esta vitória constitui um poderoso estímulo aos trabalhadores, na luta em que se empenham os tecelões baianos pelo aumento geral de salários.



Os mineiros da Cia. Meridional de Mineração (U. S. Steel) estão empenhados em árdua luta para obrigar a empresa a cumprir duas decisões homologadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, que lhes assegura importantes vantagens. A companhia ianque insiste em não pagar o repouso semanal, os dois últimos aumentos de salário e o abono-família aos tarefeiros se não cumprirem estes o horário de trabalho de 8 horas. Quando concluem a tarefa antes das 8 horas, os operários são obrigados a permanecer no trabalho, sob pena de perderem o abono-família e ainda sofrerem desconto de 50% nos salários. No mês de dezembro os patrões tentaram fazer o desconto, só não conseguindo em consequência da resistência firme dos trabalhadores. A Cia. Meridional de Mineração não desiste, porém, de passar por cima das decisões da Justiça do Trabalho e das leis brasileiras, como se fossemos colônia ianque. Agora, ante a exigência de aumento geral de salários, a empresa americana procura fazer chicana, declarando que só discutirá o assunto com a revogação dos acordos acima referidos.



LUTAM OS MARCENEIROS DE FORTALEZA PELA LIBERDADE DO SEU SINDICATO

Os marceneiros de Fortaleza vem lutando, há meses, pela posse da diretoria legitimamente eleita do seu sindicato. Uma diretoria de confiança dos trabalhadores, encabeçada pelo operário Lourival Gomes, foi eleita por esmagadora maioria, em 21 de março de 1954. A Delegacia Regional do Trabalho, porém, tomando como pretexto provocações de um certo Bismark agente provocador a serviço do policial Abel Melo e Silva, negou posse à chapa eleita. Como não pudesse explicar a negativa, alegou que o pleito «começara 40 minutos depois, da hora fixada no edital de convocação.» O ministro do Trabalho não se pronunciou a respeito, impedindo, com esta manobra, que os trabalhadores interpussem um recurso judiciário contra a arbitrária determinação da Delegacia Regional.

Nova eleição

A FRENTE do sindicato foi posta uma Junta Governativa, da qual fazia parte o policial Abel Melo e Silva. Vencido o prazo em que a Junta podia governar, devia-se realizar nova eleição e, mais uma vez, a chapa encabeçada pelo operário,

Lourival Gomes, com a substituição de apenas um nome, concorreu ao pleito, sendo novamente eleita por esmagadora votação. Os inimigos da unidade dos trabalhadores, porém, não desistiram de impedir sua posse e contaram mais uma vez com a Delegacia Regional do Trabalho para negá-la, o que vem fazendo até agora.

Sabotagem à luta

A JUNTA Governativa, fazendo o jogo dos patrões, vem sabotando a luta dos trabalhadores por suas reivindicações. Chegou ao ponto de impedir a realização de duas assembléias sindicais por mês, embora este seja um direito assegurado nos Estatutos do Sindicato. Essa arbitrariedade despertou veementes protestos e os operários conseguiram derrotá-la.

EM setembro de 1955 os trabalhadores iniciaram a luta por aumento de 60% nos salários. Uma comissão especial elaborou um memorial, com a tabela de aumento, que deveria ser entregue pelo sindicato aos patrões. No mesmo memorial era reivindicado o Abono de Natal. A Junta Governativa, porém, sabotou a entrega do mesmo às empresas. Somente a Serraria Progresso o recebeu, mesmo assim no fim de dezembro. Essa foi a primeira causa de não terem os marceneiros de Fortaleza conquistado Abono de Natal e de que ainda não foi

vitoriosa a luta pelo aumento de 60%. No dia 18 de dezembro devia realizar-se uma assembléia do sindicato para discutir as medidas a tomar em função da luta. A Junta, porém, chegou ao deslante de requerer à Delegacia do Trabalho ordem para fechar o sindicato o que foi feito, não se tendo realizado a assembléia.

Prossegue a luta

ESSES fatos causaram revolta entre os marceneiros, que se dirigiram aos demais sindicatos e a todos os trabalhadores, pedindo-lhes solidariedade a sua luta. Muitos sindicatos já enviaram protestos ao Ministério do Trabalho, contra a arbitrariedade inominável de que está sendo alvo o Sindicato dos Marceneiros. Também a Câmara de Fortaleza aprovou um protesto no mesmo sentido. A luta dos marceneiros pela posse da diretoria eleita do seu sindicato prossegue, estreitamente ligada à batalha pelo aumento de 60%. Os operários compreendem que a defesa da liberdade sindical é inseparável da luta pelas reivindicações econômicas. Atualmente os trabalhadores esperam o pronunciamento do titular do Trabalho, de quem reclamam a imediata posse da diretoria eleita do seu Sindicato.

(Reportagem de J. A. SILVA)

INSULTO AOS OPERARIOS: CR\$ 60,00 DE ABONO DE NATAL

UM verdadeiro insulto aos trabalhadores do «Serviço de Força e Luz de Aracaju» foi o abono de Natal pago pela empresa: Cr\$ 60,00! Isso é tanto mais revoltante considerando-se que os trabalhadores dessa empresa, em sua maioria, não chegam a receber o salário-mínimo. Os operários atravessam enormes dificuldades, tendo que enfrentar o encarecimento crescente dos gêneros e artigos de primeira necessidade. Cada dia compram menos com o salário que recebem. Os trabalhadores esperavam, no fim do ano, um aumento em seus salários, mas o aumento não foi concedido e, em seu lugar, foi-lhes pago o insultuoso abono de Cr\$ 60,00, que não dá para o almoço de uma família.

O fato foi recebido com geral descontentamento. Os operários souberam, porém, aprender a lição que ele encerra, a lição de que a conquista de suas reivindicações, a primeira das quais é

o aumento de salários, depende de suas próprias forças, de sua unidade e organização, da firmeza com que lutem para conquistá-las.

PREPARA-SE A CONFERENCIA PERNAMBUCANA DE ESTUDOS E DEFESA DAS LEIS SOCIAIS

EM uma reunião à qual compareceram cerca de quarenta dirigentes sindicais, os sindicatos pernambucanos iniciaram a preparação da Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, preparatória da Conferência Nacional dos Trabalhadores.

A idéia da convocação da Conferência dos Trabalhadores de Pernambuco vem encontrando acolhida, não só na capital como no interior do Estado. Uma Comissão Organizadora foi constituída, fazendo parte da mesma dez representantes dos sindicatos.

A reunião dos dirigentes sindicais decidiu que a Comissão Organizadora incumba-se da elaboração do teor da Conferência, de sua preparação e todas as providências no sentido de assegurar-lhe pleno êxito. A Comissão vem-se reunindo periodicamente, no desempenho de sua missão.

VITORIOSA

NO SINDICATO DOS TEXTEIS DO DISTRITO FEDERAL A CHAPA UNIDADE

OS têxteis do Distrito Federal acabam de conquistar significativa vitória, elegendo, para a diretoria do seu sindicato, a Chapa Unidade, encabeçada pelo operário Ismael Wanderley. O pleito se prolongou por dois dias, tendo o comparecimento às urnas ultrapassado consideravelmente o «quorum» exigido, que era de 5.321 votantes.

A chapa vitoriosa é constituída pelos trabalhadores Ismael Wanderley, Felix Cardoso, Rogério Leite, Alvínia do Rêgo e Jayme Araujo. O Programa da nova diretoria do Sindicato dos Têxteis, que é um dos mais importantes do país, inclui a luta, ao lado dos demais sindicatos, pela revisão do salário-mínimo, contra a carestia, pela aposentadoria integral, em defesa da liberdade e autonomia sindicais, bem como pelas reivindicações específicas da corporação. Esse Programa foi aprovado em duas Convenções de têxteis, contando, por isso, com amplo apoio dos trabalhadores, que o consagraram nas urnas. Para delegados do sindicato na Federação foram eleitos os operários Sebastião dos Reis e Creuza de Souza Moura. (Na foto ao alto, a nova diretoria do Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal.)

EXIGEM OS MARITIMOS REVISAO DO ACORDO COM OS ARMADORES

OS marítimos estão empenhados na conquista de aumento de salários, com exclusão das cláusulas lesivas que os armadores pretendem impor-lhes em troca do aumento. Um acordo foi recentemente assinado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação e a Federação Nacional de Oficiais de Máquinas, mas a maioria dos sindicatos marítimos recusa-se a homologá-lo e exige sua revisão. O Ministério do Trabalho, no entanto, vem fazendo forte pressão para que seja homologado o acordo, ameaçando, mesmo, com a instauração de um dissídio «ex-officio».

Cláusulas Lesivas

O ACORDO assinado contém cláusulas lesivas não somente aos trabalhadores como a todo o povo. Trata-se, principalmente, do item que condiciona o aumento de salários à elevação das tarifas, o que já foi repudiado pelos sindicatos marítimos, em movimentadas assembléias e que resultará em encarecimento dos preços dos gêneros e artigos transportados por via marítima, agravando ainda mais as dificuldades da população. Além disso, o acordo exclui do benefício do aumento os que trabalham para armadores que não possuem navegação, a pretexto de que estes não serão beneficiados pela elevação de tarifas e não poderão, assim, pagar o aumento de salários. Apesar da pressão ministerialista, os Sindicatos Nacionais de Marinheiros e Moços, de Mestres de Pequena Cabotagem, de Comissários da Marinha Mercante e de Operários Navais do Rio de Janeiro recusam-se a homologar o acordo sem a revisão dessas cláusulas. Feita a revisão, os marítimos aceitam o aumento que vai de 20% a 45%. As cláusulas contrárias aos interesses dos trabalhadores, além do que foi dito, reduziriam ainda mais as vantagens do aumento dos trabalhadores autárquicos, os quais estão ameaçados de perder o abono temporário (Lei nº 2.412).

Continuam Lutando

OS sindicatos que se recusam a assinar o acordo congregam os trabalhadores que serão mais prejudicados pelas cláusulas lesivas do mesmo. Esses sindicatos vêm realizando movimentadas assembléias, nas quais ratificam sua posição pela revisão do acordo. Os marítimos, fiéis às suas tradições de luta, estão dispostos a lutar até à vitória de sua reivindicação.

PELA ENTREGA DAS TERRAS DEVOLUTAS AOS CAMPONESES

A UNIAO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRICOLAS DO CEARA, que já desenvolveu no Estado campanhas vitoriosas como a da entrega de sementes gratuitas aos camponeses, acaba de lançar uma nova campanha. Trata-se de que reivindicam a entrega gratuita aos camponeses, sem terra ou com pouca terra, das terras devolutas existentes no Estado. Estas acham-se nas serras da Ibiapaba, do Araripe, do Apodi, bem como na zona de Choró. Segundo estudos do Departamento de Terras e Colonização somente em 18 municípios existem mais de 700 mil hectares dessas terras. Essa medida, preconizada pela U.L.T.A.C., conta com o apoio do diretor do mencionado Departamento, sr. Pericles Gomes de Araújo, que reconhece o grande benefício que a distribuição das terras devolutas traria à economia do Estado.

PRECONIZA a U.L.T.A.C. a entrega imediata das terras já levantadas em diversos municípios, numa quantidade nunca inferior a 25 hectares nem superior a 50, variando de acordo com as peculiaridades de cada região, a cada família camponesa. E ainda que as terras sejam entregues demarcadas e com um título de propriedade, sem qualquer ônus para os agricultores. A campanha encontra a maior ressonância entre os camponeses, desde que se admite a existência no Estado de mais de 1 milhão e 500 mil hectares de terras devolutas.

É IMPOSSÍVEL DETER A ORGANIZAÇÃO DOS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

NOSSO correspondente em Santa Rita do Sapucaí (sul de Minas) escreve-nos para relatar o desespero de que estão possuídos os fazendeiros da região depois que foi organizado o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Colonos. Antigamente alguns fazendeiros faziam o entêrro daqueles que morriam. Hoje um deles já declarou que «aquele que «assinou» no sindicato podia morrer aos pedaços que dêle não teria ajuda de nada».

Os trabalhadores agrícolas, entretanto, não se deixam intimidar pela raiva dos fazendeiros. Na verdade, o que lhes importa é conquistar melhores condições de trabalho. Atualmente ganham 300 cruzeiros por mil pés de café, num terreno cheio de pedras e com quase um metro de altura de mato. Um camponês relatou ao nosso correspondente que o dinheiro da empreitada acabou e ele não está ainda nem na metade do serviço; não chega a tirar nem 60 pés de café por dia, tendo sido obrigado a mandar dois filhos trabalhar para outro fazendeiro a fim de manter a casa. O que êle não podia era sustentar a família ganhando menos de 20 cruzeiros por dia. Somente a organização e a luta pode fazer com que os trabalhadores conquistem melhores condições de trabalho, ou seja, a conquista de uma tabela justa por mil pés de café, o pagamento do salário-mínimo, o direito às férias e ao repouso semanal remunerado. Esta é a experiência de todas as outras regiões de concentração camponesa: não agradam aos fazendeiros que os assalariados agrícolas e colonos se organizem em sindicato. Mas êstes fazem uso do direito que a legislação trabalhista lhes assegura e estão conquistando importantes vitórias na luta por suas reivindicações.

A CAMPANHA PELA REFORMA AGRÁRIA

SUPERA 100 mil o número de assinaturas coletadas para o memorial pela Reforma Agrária. Na primeira quinzena de janeiro era a seguinte a situação nos diversos Estados:

GRUPO «A»

S. Paulo	69.650
E. do Rio	727
Pernambuco	75
Minas Gerais	6.246

GRUPO «B»

Bahia	2.278
Ceará	6.728
Paraná	12.181
Goiás	845
Distrito Federal	727

GRUPO «C»

Santa Catarina	2
Alagoas	670
Espírito Santo	3.000
Pará	2.111
Mato Grosso	1.255
Amazonas	87

TOTAL

Como se vê, vários Estados (Estado do Rio, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina) não registram qualquer alteração em sucessivos Balanços da ULTAB. Mesmo que disponham de novas assinaturas, o simples fato de deixar de comunicá-lo já evidencia uma despreocupação pelo bom andamento da campanha. Decorridos vários meses de seu lançamento, ainda há Estados, como o Rio Grande do Sul, que nem sequer constam do Balanço, por absoluta carência de informações.

DE TUDO...

REALIZOU-SE na 1ª quinzena de janeiro, na cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, uma mesa-redonda de triticultores. A principal questão discutida foi a necessidade de providências governamentais para o escoamento da safra. Neste sentido dirigiram-se ao governo solicitando a imediata adoção da portaria correspondente, o que já devia ter se verificado há pelo menos 3 meses.

NA Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o deputado Júlio Farah fez um discurso focalizando a urgente necessidade da realização de uma reforma agrária no país. Encareceu que «as terras destinadas à lavoura sejam melhor distribuídas e não fiquem com o fito único de valorização nas mãos de uma minoria ociosa», bem como «de dar ao homem do campo uma assistência mais eficaz e que não seja o pequeno agricultor um escravo de possuidores de latifúndios».

60 FAMILIAS camponesas estão ameaçadas de expulsão das suas terras, em Monte Libano, Espírito Santo. Essas terras estão sendo cobradas pelo dono de uma fábrica de cimento (na região há calcário). Os camponeses concordam com a extração do calcário mas não aceitam a expulsão da terra, a exemplo do que ocorreu anos atrás com outras tantas famílias camponesas.

A CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho assegura aos assalariados agrícolas os seguintes direitos: salário-mínimo (art. 76); férias (art. 129, parágrafo único); repouso semanal remunerado (lei nr. 605 de 5-1-49); aviso prévio (art. 487 da consolidação). O decreto nr. 7.038 (10-11-44) assegura o direito à sindicalização.

... UM POUCO

Rio, 28-1-1956 — VOZ OPERÁRIA — Pág. 7



FUNDADA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CAMPONESES NA ALTA ARARAQUARENSE (SÃO PAULO)

Nos clichês: aspectos da assembléia do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Catanduva

A ZONA da Araraquarense, em S. Paulo, é uma das grandes concentrações de colonos de café. O maior centro é Catanduva. Precisamente nessa cidade tem a sede o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas. Tendo sido organizado recentemente, o Sindicato já conta entretanto com o apoio de grande número de trabalhadores rurais da região. Na 1ª quinzena de janeiro o sindicato realizou uma assembléia para dar balanço no trabalho até então desenvolvido, que contou com a presença de grande número de assalariados agrícolas. Nessa reunião a diretoria apresentou um relatório, no qual prestou contas, entre outras coisas, da situação da tesouraria. O relatório foi aprovado.

A ASSEMBLEIA do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Catanduva aprovou o lançamento de uma campanha de sindicalização, visando angariar novos sócios para o sindicato. Dos debates participou o sr. Geraldo Tibúrcio, presidente da ULTAB, que prestou conta aos trabalhadores rurais do desenvolvimento da organização e das lutas dos camponeses em todo o país. A Assembléia decidiu ainda enviar um ofício ao Ministro do Trabalho solicitando o rápido encaminhamento do processo de reconhecimento do Sindicato.

ORGANIZAM-SE AS OUTRAS CAMADAS

EXEMPLO dos assalariados agrícolas de Catanduva, fortalecendo sua organização independente, estimula a criação de outras entidades na região. Assim é que, também na 1ª quinzena de janeiro, na cidade de Pindorama, reuniram-se duas centenas de camponeses (colonos, assalariados agrícolas e proprietários) para discutir a necessidade da fundação de uma organização que agrupasse os homens do campo daquela cidade. A reunião realizou-se na sede do cinema Rio Branco. Depois de animados debates decidiu-se que a entidade terá a denominação de União dos Proprietários, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Pindorama. Foi eleita uma diretoria que se incumbiu da elaboração de um programa de reivindicações. A nova entidade conta com o apoio de vários vereadores.

PELO IMEDIATO RECONHECIMENTO DOS SINDICATOS RURAIS

NO clichê, dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Colonos do interior de São Paulo palestram com o ministro do Trabalho, sr. Nelson Omega. Nessa ocasião apresentaram as principais reivindicações dos assalariados agrícolas: 1) Rapidez no registro dos sindicatos rurais; 2) Providências no sentido de que sejam respeitados os direitos assegurados pela legislação trabalhista aos assalariados agrícolas, tais como: salário-mínimo, direito às férias, repouso remunerado, etc.; 3) Medidas concretas contra a carestia de vida. Essa entrevista dos dirigentes de Sindicatos Rurais de S. Paulo com o ministro do Trabalho evidencia o desenvolvimento da organização dos assalariados agrícolas, cujos sindicatos já se estendem pelas principais concentrações camponesas do país.

GRAÇAS ao desenvolvimento de sua organização, os assalariados agrícolas vão conquistando o respeito àqueles direitos a que fazem jus, segundo a legislação tra-



balhista. Uma destas vitórias é a devolução dos descontos de aluguel de casa, na região de Jaboticabal. Essas vitórias são uma garantia de que, por maior que seja o desespero dos fazendeiros (a exemplo do que ocorre no sul de Minas, segundo denuncia o nosso correspondente), a organização dos assalariados agrícolas continuará desenvolvendo.

O POVO EXIGE DO NOVO GOVÉRNO RESPEITO AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS



GRANDE ENTUSIASMO NAS MANIFESTAÇÕES PRESTADAS AO SR. JUSCELINO KUBITSCHKEK POR OCASIÃO DO SEU REGRESSO — O DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO E DOS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS E DOS TRABALHADORES

POR ocasião do regresso do sr. Juscelino Kubitschek da recente visita que fez a varios países, concentrou-se para recepcioná-lo, na Cinelândia, grande massa popular, calculada em cerca de 30 mil pessoas. O povo carioca, nessa oportunidade, apresentou ao candidato eleito suas reivindicações e aspirações mais sentidas, demonstrando seu desejo veemente de verem cumpridas as promessas feitas durante a campanha eleitoral pelo então candidato. Afluíram à Praça Floriano, na noite do dia 24, delegações de trabalhadores, de sindicatos e de moradores dos bairros carregando suas faixas e cartazes.

O SENTIDO da manifestação, a razão pela qual dezenas de milhares de cariocas concentravam-se na Praça Floriano, estava expressa nas faixas e cartazes carregados pelo povo. O povo estava ali para exigir do novo govérno a instalar-se no próximo dia 31 uma mudança na política interna e externa do Brasil, para reavivificar o barateamento do custo de vida, a suspensão do estado de sítio e o pleno exercício das liberdades democráticas, a anistia para os presos e perseguidos políticos, o aumento do salário-mínimo, o estabelecimento de relações com todos os países, etc. O povo ali estava para dizer ao presidente eleito que ele terá seu apoio se cumprir suas promessas de candidato, e que poderá contar com o apoio popular para cumpri-las.

As Faixas e Cartazes

PREDOMINAVAM dentre as faixas e cartazes conduzidos à Praça Floriano pelos manifestantes, aquelas que inscreviam o desejo popular de ver respeitadas as franquias democráticas asseguradas pela Constituição. Varias delas exigiam: «Revogação da Lei de Imprensa»; «Comércio com todos os países»; «Pela Revogação da Lei de Segurança Nacional»; «Anistia para os presos políticos». Além disto, inúmeras faixas arrebatadas violentamente pela policia das mãos de manifestantes reclamavam a legalidade para o Partido Comunista. Esse desejo de liberdade evidenciou-se ainda na concentração do dia 24 pelos aplausos que arrancaram aqueles oradores que se referiram a luta conseqüente do povo brasileiro em defesa da Constituição e à ação patriótica das Forças Armadas e do Congresso no curso das jornadas de novembro.

ENCERRANDO o grande comício da Cinelândia, discursa o sr. Juscelino Kubitschek (foto acima). Mais de 30.000 cariocas compareceram à manifestação, levantando suas reivindicações exigindo a suspensão do estado de sítio, o pleno exercício das liberdades democráticas a anistia para os presos e perseguidos políticos, o barateamento do custo de vida, etc. Na foto ao lado, uma faixa exige «Anistia para os presos políticos — A.B.D.D.H.». No fichê abaixo, trabalhadores reivindicam liberdades sindicais.



INSCREVENDO como sua aspiração principal a defesa das liberdades, o povo carioca levou para a concentração da Praça Floriano também diversas faixas que tratavam de outras reivindicações, comuns a todo o povo, como por exemplo a necessidade de medidas contra a carestia, ou específicas de diversos setores. Assim, compareceram conduzindo faixas alusivas ao plano de reclassificação do funcionalismo, os trabalhadores do Arsenal de Marinha, os ferroviários da Central e várias delegações da U.N.S.P. Do mesmo modo, diversos setores profissionais levaram à concentração suas reivindicações específicas através de faixas e cartazes, entre estes os hoteleiros, os trabalhadores da Light, etc. Havia ainda muitas outras alusivas aos reclamos dos moradores das favelas, dos bairros suburbanos e das concentrações de população próximas ao Distrito, como por exemplo, Caxias.

Os Discursos

USARAM da palavra no comício diversos oradores, representando Partidos que participaram da coalizão vitoriosa nas urnas a 3 de outubro e que elegeu o sr. Kubitschek. Representando os trabalhadores fez uso da palavra o sr. Antônio Erico de Figueiredo Alvarez, presidente da Federação Nacional dos Gráficos. Este apresentou ao presidente eleito aquelas questões que os operários desejam ver atendidas pelo novo govérno, destacando a necessidade da decretação de um salário-mínimo capaz de fazer face aos níveis atuais do custo de vida, bem como do barateamento dos gêneros de grande consumo popular. Frisou ainda o dirigente sindical que os trabalhadores brasileiros desejam ver cumpridas as promessas do candidato no que toca ao respeito à Constituição e às franquias democráticas, à realização de uma política de paz.

Despertou grandes aplausos entre os manifestantes a referência feita pelo vereador Fontes Romero à Conferência de Genebra. Ao enumerar o nome de seus participantes e mencionar o da União Soviética a massa popular prorrompeu em longa e prolongada ovação.

ENCERRANDO o comício, falou o sr. Juscelino Kubitschek. Declarou em seu discurso que não fizera a viagem para pedir nada aos países que visitou, mas para dizer que o Brasil levanta a cabeça e será uma grande potência dentro de 10 anos. Afirmou que fizera um juramento no «emitério de Pistoia, onde estão enterrados os expedicionários brasileiros, de respeitar os preceitos da Lei e da Constituição, reafirmando que cumprirá tôdas as suas promessas, e que ampliará as conquistas dos trabalhadores brasileiros.

A MANIFESTAÇÃO do povo carioca do dia 24 último revestiu-se, portanto, da maior importância. Apesar do aparato e das violências policiaes, o povo apresentou ao chefe do novo govérno aquela plataforma que deseja ver cumprida e a exigência do respeito aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Durante a manifestação, o escritor Jorge Amado, o arquiteto Oscar Niemayer e o cirurgião Alcedo Coutinho avistaram-se no coreto, com o sr. Kubitschek, apresentando ao Presidente eleito a saudação dos comunistas.



UMA NOTA DISSONANTE: AS VIOLÊNCIAS POLICIAIS

EM contradição flagrante com as declarações de respeito à liberdade e aos direitos do povo, feitas pelo sr. Juscelino Kubitschek no seu discurso, a policia se esmerou nas prisões e espancamentos durante a manifestação do dia 24 no Distrito Federal.

Desde cedo, maltas de espancadores foram distribuídas pelos pontos estratégicos da Cinelândia a fim de agirem contra o povo. Desse modo, exercendo uma inominável censura sobre os cidadãos que se dirigiam para a manifestação conduzindo faixas e disticos, tomavam-nas sob ameaças.

ao se restringiu a essa atuação, entretanto, a policia, incursionando na parte mais compacta da multidão, arrebatava faixas e prendia as pessoas que as traziam. Se houvesse qualquer esboço de protesto, o que se sucedeu repetidamente, os espancadores caíam sobre os manifestantes, arrancando-os a ponta-pes casse-tetes do seio da multidão e conduzindo-os para o interior dos carros que estacionavam nas proximidades. Assim foram presos cerca de quarenta populares.

As violências da policia causaram geral indignação, constituindo uma nota dissonante na manifestação com que o povo carioca apresentou suas reivindicações democráticas ao presidente eleito da República, de volta da viagem ao exterior.



Uma comissão de trabalhadores de Volta Redonda compareceu ao comício carregando uma faixa em que saudam o presidente Kubitschek e exigem amplas liberdades democráticas e sindicais.